



## LEI COMPLEMENTAR Nº 04 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

*Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar n.º 01, de 22 de dezembro de 2005, que instituiu o Código Tributário Municipal, para incluir os artigos 124-A e 124-B, concedendo isenção de IPTU para aposentados, pensionistas e portadores de doenças graves e dá outras providências.*

**MAURO VANER PASCOALÃO**, Prefeito Municipal de Monte Aprazível, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Monte Aprazível **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica acrescido à Lei Complementar n.º 01, de 22 de dezembro de 2005, que instituiu o novo Código Tributário Municipal, o art. 124-A, concedendo isenção ao pagamento de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano aos portadores de doenças graves, com a seguinte redação:

Art. 124-A. Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) o proprietário de um único imóvel residencial, utilizado exclusivamente como sua residência, com renda familiar *per capita* de até três salários-mínimos mensais, portador de alguma das doenças graves relacionadas neste artigo ou que possua dependente diagnosticado de doença grave.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE APRAZÍVEL SP

PROTOCOLADO 06/Dez/2013 14:49 000726 01/02



§ 1º Para efeitos desta Lei são consideradas as seguintes doenças graves:

- I - neoplasia maligna (câncer);
- II - síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS);
- III - paralisia irreversível e incapacitante.

§ 2º. Serão considerados dependentes, do proprietário do imóvel, para efeitos de isenção:

- I - o parceiro afetivo, casado ou vivendo em união estável;
- II - o descendente em linha reta, consanguíneo ou não, com idade inferior a 18 (dezoito) anos, desde que não seja casado;
- III - o ascendente em linha reta, consanguíneo ou não, com idade superior a 50 (cinquenta) anos, desde que resida com o proprietário do imóvel;
- IV – o menor de 18 (dezoito) anos ou o incapaz, de que o proprietário do imóvel obtenha a guarda legal;

§ 3º. A isenção referida no *caput* estende-se ao proprietário de imóvel que seja cônjuge ou responsável legal por pessoa diagnosticada como portadora de alguma das patologias referidas no parágrafo anterior e que resida no imóvel.

§4º. O pedido de isenção deverá ser efetuado até o dia 31 de dezembro do ano corrente, para concessão do benefício a partir do exercício subsequente, devendo ser renovado de dois em dois anos, a contar da primeira solicitação.



§5º. Para obter a isenção do IPTU, o contribuinte deverá protocolar requerimento junto à Secretaria Municipal da Receita, acompanhado da seguinte documentação:

- I - cópia da carteira de identidade ou outro documento com foto, acompanhado do original;
- II - comprovante de renda familiar per capita de até três salários-mínimos mensais;
- III - cópia da matrícula atualizada do imóvel do Cartório de Registro de Imóveis;
- IV - cópia da capa do carnê do IPTU;
- V - atestado e/ou laudo médico comprovando a doença, com identificação da CID- Código Internacional de Doenças;
- VI - comprovação de ser o cônjuge ou responsável legal, quando couber.
- VII - comprovação de que o requerente é dependente do proprietário do imóvel quando couber.

§6º. Em caso de falecimento do proprietário do imóvel, o cônjuge sobrevivente portador de alguma das patologias referidas por esta Lei deverá apresentar, também, certidão de casamento e certidão de óbito, quando ainda não possuir Formal de Partilha.

§7º. Caso ocorrer o óbito do portador de alguma das patologias referidas e beneficiado por esta Lei, a isenção será automaticamente cancelada.



**Art. 2º.** Fica acrescido à Lei Complementar n.º 01, de 22 de dezembro de 2005, que instituiu o novo Código Tributário Municipal, o art. 124-B, concedendo isenção de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano aos aposentados e pensionistas, com a seguinte redação:

**Art. 124-B.** Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) o proprietário, possuidor ou usufrutuário de prédio urbano, com até 100 (cem) m2 de construção, desde que seja:

I-aposentado ou pensionista, de qualquer entidade previdenciária;

II-não possuam outros bens ou rendimentos mensais;

III-não sejam proprietários ou usufrutuários de imóvel rural.

§ 1º. Os benefícios deste artigo se estendem aos que tenham sido aposentados ou declarados pensionistas de entidades públicas ou privadas, que possuam uma única residência e que sirva para a sua moradia, não auferindo renda da mesma.

§ 2º. Os proventos dos benefícios mencionados neste artigo não deverão ser superiores a 2 (dois) salários mínimos”.

§ 3º. A isenção de que trata este artigo deverá ser solicitada dentro do exercício em que se pleiteia a exclusão do crédito tributário.

§4º. O interessado deverá apresentar:

I-Declaração de que não possui outros bens ou rendimentos mensais;

II-Declaração de que não é proprietário ou usufrutuário de nenhum imóvel rural.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE APRAZÍVEL

Adm: 2013 - 2016




§5º. Aquele que estiver em gozo de benefício desta lei e ter fornecido declaração não idônea, fica estipulada uma multa de 3 (três) salários mínimos regional e o pagamento de todos os impostos e taxas devidos.

§6º. A Seção de Tributação fornecerá todos os modelos de requerimento ou declarações aos interessados.

**Art. 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei n.º 2.177, de 05 de dezembro de 1997; e Lei n.º 3.104, de 07 de março de 2012.

Monte Aprazível, 04 de dezembro de 2013.



**MAURO VANER PASCOALÃO**  
Prefeito

**Projeto de Lei Complementar nº 05/2013 – Autoria Vereadores Gilberto dos Santos e João Roberto Camargo**